



# IGREJAS em comunhão LUSÓFONAS

BOLETIM BIMENSAL DA FUNDAÇÃO EVANGELIZAÇÃO E CULTURAS

ANGOLA GUINÉ CABO VERDE S. TOMÉ TIMOR MOÇAMBIQUE BRASIL PORTUGAL

## Destaque do Mês

IV Encontro das  
Conferências Episcopais  
das Igrejas Lusófonas p2

## Pelas Igrejas

p4

## Cooperação

“Parceiros na Solidariedade”  
União Europeia/ África

p6

## Notícias

p8

## Editorial

A nossa Diocese de Cabo Verde (oficialmente, Santiago de Cabo Verde), teve a honra e a grande alegria de acolher, na cidade da Praia, de 14 a 17 de Janeiro, o IV Encontro das Conferências Episcopais dos Países Lusófonos e que contou com a presença e participação de praticamente todos os representantes dos países que utilizam a língua portuguesa como instrumento de transmissão de fé. Faltou-nos apenas a alegria da presença dos nossos irmãos de Timor, impedidos por razões de força maior.

Sob o lema “*A Comunhão da Igreja pelo Desenvolvimento dos Povos*”, o IV Encontro constituiu um acontecimento eclesial de grande significado espiritual para as nossas Igrejas particulares e muito particularmente para a nossa Diocese, na medida em que permitiu congregar um número significativo de Sucessores dos Apóstolos, como nunca se tinha visto neste país, se exceptuarmos a inolvidável visita pastoral do Santo Padre o Papa João Paulo II.

**Por uma muito feliz coincidência o IV Encontro aconteceria no mês e ano em que a nossa Diocese completa os 470 anos de sua criação em 1533 pelo Papa Clemente VII por força da Bulla Pro Excellenti. (...)**

Quisemos com o IV Encontro mostrar mais uma vez que comungamos preocupações, alegrias e realizações, que partilhamos na alegre solidariedade os bens que o Senhor nos concedeu e que nos preocupamos verdadeiramente com os problemas dos nossos irmãos, não só aqueles que têm a língua portuguesa como veículo de comunicação e de evangelização, mas de todos os homens nossos irmãos. (...) A nossa Diocese viveu, assim, um momento de excepcional comunhão eclesial. Muito gratos ficamos, pois, aos irmãos que nos proporcionaram esses momentos. E com isso damos imensas graças a Deus!

*Praia, Janeiro de 2003  
Paulino Livramento Évora, Bispo*





## “A Comunhão da Igreja pelo Desenvolvimento dos Povos”



## IV Encontro das Conferências Episcopais dos Países Lusófonos Cabo-Verde, 14 a 17 de Janeiro

### D. Paulino Livramento Évora, Bispo de Cabo-Verde

Excelências Reverendíssimas, nós vos saudamos muito fraternalmente, e vos dizemos um cordial: Sede muito bem vindos, a esta nossa diocese que está em festa. (...) Nós todos vos queremos receber, com toda a amizade e carinho, e com aquele amor que nos une em Cristo Jesus. Dizia eu que estamos em festa. A nossa diocese está em festa primeiro, pela vossa muito honrada presença, (...)segundo, por esta nossa diocese estar a celebrar um aniversário que eu chamaria de jubilar. Ela está a celebrar os seus 450 anos de existência(...)



A nossa presença aqui no IV Encontro do Episcopado que utiliza a língua portuguesa como instrumento de trabalho, quer ser a proclamação da nossa comunhão na fé que nos une em Jesus Cristo. Esta comunhão, é uma das componentes essenciais da vida da Igreja a que pertencemos. Sem ela ficaria por acontecer aquele testemunho que Jesus espera de nós como cristãos e como pastores. Comunhão, foi uma das preocupações máximas apontadas pelo Concílio Vaticano II, como uma necessidade crucial para a saudável e eficaz vida da Igreja. Muito estimados irmãos no Episcopado, o Encontro das Conferências Episcopais dos países Lusófonos, já fez uma caminhada a todos os tipos de valor, já mostrou o que vale, e tem diante dele grandes responsabilidades. Por isso penso que chegou o momento de lhe dar um figurino jurídico-eclesial capaz de o ajudar a cumprir mais perfeitamente a sua missão.

Quero com isso significar, que chegou a hora de nos dotarmos de um estatuto

formal para também podermos continua a solicitar, que a língua portuguesa seja adoptada como língua de trabalho nos encontros a nível eclesial universal, como sejam por exemplo o sínodo dos bispos.

Muito estimados irmãos no Episcopado, mais uma vez, sede bem vindos. Tem sido dada à nossa terra, a reputação e estatuto de gente acolhedora, vamos esperar que saberemos também desta vez honrar este título para que vos sintais verdadeiramente em vossa casa. Com isto, tenho a honra de proclamar aberta a sessão do IV Encontro das Conferências Episcopais dos Países Lusófonos.

### Dr. José Maria Neves, Primeiro Ministro de Cabo-Verde

Eu queria em nome do governo de Cabo Verde manifestar o meu contentamento, pela realização nestas ilhas, do IV Encontro dos Bispos das Conferências Episcopais da CPLP. O nosso contentamento é tanto maior, quanto sabemos que neste ano de 2003, a diocese de Cabo Verde comemorará os seus 450 anos. A Igreja Católica tem tido um papel fundamental na formação da identidade do Homem caboverdeano. A nossa nacionalidade deve muito ao papel que a igreja católica desempenhou desde sempre nestas ilhas. A igreja católica é traço de união do povo de Cabo Verde e tem tido um papel fundamental na formação de gerações de Caboverdeanos. (...) Se o Papa João Paulo II, ao visitar Cabo Verde, partiu com esta palavra “dignidade”, a igreja católica, ajudou a construir esta dignidade. É por isso que o Papa ao chegar a estas ilhas, conseguiu mais do que ninguém apreender a sua dignidade. Somos pobres, um país com muitas carencias, mas um país com gente digna, que quer continuar a viver e a construir a sua dignidade.



Desejo-vos boas vindas em nome do governo de Cabo Verde e espero que se sintam muito bem nestas ilhas atlânticas.

## Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo



Queria saudar a Igreja de Cabo Verde, e agradecer desde já a belíssima preparação realizada para este encontro, e o acolhimento que nos está a ser proporcionado. Foi em Brasília, há um ano que decidimos que o próximo

encontro seria em Cabo Verde. (...) Mal nós sabíamos, esta feliz coincidência que o Sr. D. Paulino pôs em evidência, que esta reunião viria a realizar-se num momento significativo para esta Igreja diocesana, pelos 450 anos da sua fundação canónica. As festas ajudam-nos a viver o presente, porque não há nenhum presente digno do Homem, muitos menos digno de um cristão, que não seja um abraço amoroso e responsável com o seu passado. E esse abraço amoroso e responsável com o passado desta igreja, nós queremos Sr. D. Paulino, nestes dias, dá-lo consigo.

Senhor Primeiro Ministro, quero agradecer a Vossa presença, representando o Governo, e a nação caboverdeana, nesta cerimónia. A Vossa presença mostra-nos a relação sadia entre a igreja e a sociedade, e porque não dizê-lo, entre a igreja e os diversos estados na pluralidade da sua legitimidade democrática. E mostrou-me esta convergência inevitável, que todos nós temos de construir, sociedade e Igreja, responsáveis das nações, responsáveis pela condução do povo de Deus.

Aliás, no próximo mês de Abril, assim o esperamos, vamos receber a cimeira da União Europeia com os países de África, e vamos anteceder

esse acontecimento em Fevereiro, com o encontro das Igrejas da Europeia, com as Igrejas de África. Reflectindo à nossa maneira, qual é o contributo que a Igreja tem neste desenvolvimento dos povos e das nações. (...) Gostei muito de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro sublinhar o papel decisivo da Igreja na formação da consciência dos povos, na reestruturação das liberdades, na construção de universos éticos que inspiram metas e valores. E não contar com isso, é não perceber o ritmo da história.

Todos somos poucos para o desenvolvimento, e se nós Igreja estamos dispostos a entrar neste processo, é porque acreditamos que o desenvolvimento das pessoas e das comunidades não pode ser só económico, não pode ser só tecnológico. Não há desenvolvimento autêntico se não houver desenvolvimento cultural e espiritual.

Numa reunião deste tipo, estamos sempre diante de um dilema: a humildade das possibilidades que temos, e a grandiosidade das expectativas. Daí só garantirmos que tudo faremos para que a Igreja seja mais comunhão, porque na medida em que o for, ela será mais, semente de uma sociedade justa e fraterna, de uma sociedade digna do Homem.

(...) Queria referir o único ausente nesta cimeira de Cabo Verde, o Sr. D. Basílio, Bispo de Baucau e Administrador Apostólico de Baucau e Díli. Pediu-me para saudar todos, e para dizer do seu interesse e da sua presença espiritual. Daqui vai uma saudação e um abraço muito fraterno para a Igreja de Timor, para o povo de Timor, que nos últimos tempos esteve profundamente presente na solicitude dos corações das nossas Igrejas.

Queridos caboverdeanos, gostamos muito de estar aqui convosco, vamos apenas por mais uma pequena pedra neste edifício grandioso, que é do tamanho dos nossos desejos, e fazer deste encontro, uma expressão muito bela da comunhão universal.



## Comunicado Final

(...) Os delegados partilharam as preocupações de cada Igreja e congratularam-se pela efectivação da Paz em Angola.

Foi evidente a constatação dos progressos conseguidos na efectivação da comunhão entre as Igrejas Lusófonas quer através da operacionalização de alguns meios resultantes do III Encontro em Brasília, quer pelas diversas formas de generosidade desenvolvidas entre as Igrejas que materializam esta vontade de aproximação e comunhão.

Na avaliação das acções em curso desde o Encontro de Brasília 2001, foi feito um balanço muito positivo, tendo-se decidido:

- Manter a publicação do *Boletim Igrejas Lusófonas em comunhão*,
- Apoiar todas as iniciativas de *Geminação de Paróquias que surjam da vontade dos cristãos*;
- Fomentar e potenciar a *Acção dos Leigos Missionários*;
- Continuar a desenvolver *Campanhas de Solidariedade entre as Conferências para projectos claramente identificados e procurar o*

**desenvolvimento e a interajuda nos Projectos de Rádios Católica e Educação na Guiné e em Angola desenvolvidos pela Fundação Evangelização e Culturas. (..)**

A formação dos seminaristas e a formação permanente do Clero foram amplamente debatidas, foi decidido desenvolver as acções:

- Promover o *intercâmbio de Sacerdotes e Bispos* para acções de formação de carácter pontual e em períodos de tempo delimitados;
- Aderir ao programa de *Teologia à distância* desenvolvido pelo Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro;
- Promover a aquisição da Coleção "Estudos Teológicos" da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. (..)

A terminar, os delegados agradeceram o excelente acolhimento da Igreja e das Autoridades de Cabo-Verde e congratularam-se com a comemoração do 470º aniversário da criação da Diocese. (..)

O V Encontro das Igrejas Lusófonas terá lugar na Guiné-Bissau em Janeiro de 2004.

## ANGOLA

### A Igreja no ano de 2002



O ano de 2002 teve como lema pastoral “Justiça e pão para todos”.

Logo no início do ano, em 26 de Janeiro, falecia D. André Muaca, arcebispo emérito de Luanda. Tinha 78 anos, fora ordenado bispo em 1970, “o primeiro bispo negro dos tempos modernos na África lusófona”. Foi bispo auxiliar de Luanda, de Malanje e arcebispo de Luanda em 1976. Resignara em 1985. De 31 Janeiro a 3 Fevereiro realizou-se em Luanda o 1º

Congresso Arquidiocesano da Juventude, com o lema: “Pelo direito à Vida, busquemos a Paz no amor de Cristo.”

A 3 de Fevereiro foi ordenado um novo bispo para Angola: D. Joaquim Lopes, para a recém criada diocese do Dundo, província da Lunda Norte. O novo bispo tem 52 anos e é português.

A 12 de Março os Bispos, no termo de mais uma assembleia ordinária, publicaram uma nota Pastoral - “Dai-nos a paz” - onde apelam ao cessar fogo por parte da Unita e do Governo e ao clima de perdão necessário para que venha a ser possível a reconciliação. A 16 de Março foi aberto em Luanda o Sinodo Arquidiocesano, que decorre ainda em fase preparatória. Trata-se do segundo Sinodo da Arquidiocese, que vai continuar ao longo do ano de 2003. O primeiro Sinodo de Luanda realizou-se em 1950.

A assinatura do cessar-fogo em Abril levou a Conferência Episcopal a publicar no dia 15 uma “saudação ao 4 de Abril”. No documento os bispos dizem que Angola está a viver uma hora decisiva, “a hora dum grande desafio, a ganhar ou a perder”, e a tarefa prioritária é “criar um clima de entendimento e de complementaridade em todos os estratos da sociedade”.

Dez anos depois da visita do papa João Paulo II a Angola, a presidência da Ceast publicou uma mensagem assinalando a efeméride, a 29 de Maio. A mensagem é justificada por dois motivos: “a releitura do arsenal de doutrina com que o Santo Padre nos alimentou ao longo da sua visita” e “o apelo que ele mesmo lançou a favor das vítimas da guerra e que hoje se torna imperioso por tudo o que vimos e ouvimos da catástrofe humanitária que se abateu sobre o país”.

Em Junho a Igreja, através da Comissão Episcopal de Justiça, Paz e Migrações lança uma vasta campanha denominada “O Pão da Paz e da Reconciliação”. O objectivo é recolher donativos junto das comunidades cristãs de Luanda para entregar nas recém criadas Áreas de Acolhimento onde se encontram milhares de ex-soldados da Unita e seus familiares. Ao longo de 3 meses e meio cerca de 200 toneladas de alimentos, roupa usada e medicamentos foram recolhidas nas paróquias de Luanda e enviadas para as populações

mais necessitadas das províncias do Moxico, Bié, Malanje, Huambo, Bengo, Luanda e Menongue. Foram ainda distribuídos produtos de higiene e instrumentos agrícolas, além de 15.000 dólares que foram aplicados em comida e medicamentos. No mês de Outubro a Conferência Episcopal esteve reunida, e recebeu a visita do cardeal Crescenzo Sepe, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos. A visita assinalou os 50 anos da Legião de Maria em Angola, o décimo aniversário da visita papal e a acção de graças pela paz. No final da assembleia da Ceast, foi publicada a mensagem “Cristo nossa Esperança”.

in Apostolado - [www.recclesia.org](http://www.recclesia.org)

## BRASIL

### “Justiça e Paz se abraçarão”

*Nota da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB*

A paz é um dos anseios mais profundos de toda a humanidade. As manifestações em favor da paz, que se multiplicam por toda parte, explicam-se diante da agitação febril de ameaça de guerra e de iminente ataque militar contra o Iraque. São desastrosos os efeitos de um conflito armado. (...) Interesses econômicos nem sempre explícitos ocultam-se por trás do alegado combate ao terrorismo. A guerra não é o caminho para acabar com a violência. Agressividade traz retaliação e tende a perpetuar um círculo vicioso em que a população civil é a principal vítima. **A paz tem sido um dos temas mais recorrentes do ensino social da Igreja.** Basta lembrar a Constituição Pastoral A Igreja no Mundo de Hoje, do Concílio Ecumênico Vaticano II, as encíclicas *Pacem in Terris*, de João XXIII, *Populorum Progressio*, de Paulo VI, e os inúmeros pronunciamentos de João Paulo II, de modo especial suas declarações e gestos mais recentes em busca da paz. Diz o Papa,



em seu discurso ao Corpo Diplo-mático, em 13 de janeiro de 2003: “**Não à guerra! Ela nunca é uma fatalidade! Ela é sempre uma derrota da humanidade**”. A Igreja quer seguir as pegadas de seu

Mestre: “Eu vos dou a paz, eu vos deixo a minha paz!” (Jo 14, 27). Evocamos aqui o testemunho de tantas pessoas que deram a vida pela paz! Em total dissonância com o toque dos tambores da guerra, proclamamos as palavras sempre atuais do profeta Isaías: “A paz é fruto da justiça!” (Is 32, 17)(...) A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil une sua voz à de milhões de brasileiros e brasileiras e às aspirações dos povos do mundo inteiro, para erguer a bandeira da paz. Convicta de que a paz somente será possível mediante relações justas, solidárias e fraternas entre nações, povos e pessoas, a CNBB dirige seu apelo a todas as comunidades para que intensifiquem sua oração e seu empenho em favor da paz. Confiantes na intercessão de Maria, Rainha da Paz, temos a esperança de poder entoar em tom profético: “justiça e paz se abraçarão!” (Sl 85, 11).

## GUINÉ BISSAU

### Mensagem dos Bispos

*Democracia em causa na Guiné Bissau*



Na Carta Quaresmal que tornaram pública na missa de Quarta-feira de Cinzas, no dia 5 de Março, D. José Camenate, Bispo de Bissau e D. Carlos Zilli, Bispo de Bafatá, manifestam a sua preocupação com a sobrevivência da democracia e da paz no actual contexto. Da defesa da estabilidade democrática, à condenação das prisões arbitrarias, passando pelo silenciamento da comunicação social e a degradação da situação social, a carta mostra-se implacável para com os governantes do país. Aos católicos, em particular, lançam alguns apelos: “É necessário que todos estejam atentos aos reais problemas das pessoas, evitar o esbanjamento do dinheiro público e eliminar a corrupção.” A Carta diz que a situação no país se tornou mais grave nos últimos tempos, com especial relevo para alguns acontecimentos que podem pôr em risco as eleições e o próprio futuro democrático do país. Entre os motivos de preocupação expressos pelos dois Bispos guineenses estão as prisões arbitrarias, o silenciamento da Rádio Bombolom, as ameaças e intimidações e o clima de medo entre a população, bem como “o tom agressivo e desrespeitoso de algumas acusações”, em que os protagonistas recorrem a “argumentos de infelicidade extrema” com o “objectivo de ofender os adversários”.

É um manifesto duro que sintetiza a realidade que hoje caracteriza a Guiné-Bissau. Os Bispos realizaram esta intervenção



pública cinco meses depois de uma outra em que afirmaram “se os irmãos não se entenderem, os abutres vão tomar conta do país”. Já nessa altura, D. José Camenate e D. Carlos Zilli acusavam os actuais governantes de serem os responsáveis pela crise que o país e a população enfrentam em todas as áreas. A igreja da Guiné-Bissau tem tentado desenvolver um papel conciliador no meio das inúmeras convulsões por que tem passado este país. A imagem do falecido Bispo D. Settimio Ferrazzetta enterrado na lama até aos joelhos num exercício de conciliação entre Nino Vieira e a Junta Militar, há três anos, correu o mundo e é um exemplo deste esforço da Igreja guineense. Com uma população de quase 1 milhão e 400 mil pessoas, a Guiné-Bissau é um dos dez países mais pobres do mundo. Os cristãos representam perto de 15% da população.

## PORTUGAL

### Comunicado dos Bispos portugueses sobre uma possível guerra

Na sua reunião ordinária, o Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa reflectiu sobre a situação preocupante da eventualidade de uma próxima guerra no Iraque. Na complexidade de um problema que deve ser analisado



sob diversas perspectivas, a Igreja reconhece a autonomia das instâncias a quem competem as decisões políticas e, por isso, o seu pronunciamento situa-se no campo dos princípios evangélicos que devem inspirar o caminhar histórico da humanidade. Nesse sentido, o Conselho Permanente congratula-se com os esforços persistentes do Papa João Paulo II a favor da paz e identifica-se com os princípios que tem apontado para a sua construção: a paz como possível e obrigatória; a afirmação da dignidade e o respeito pelas populações, sobretudo as mais pobres e inocentes; a procura do diálogo, o respeito pelo direito internacional e a solidariedade entre os Estados como meio para regular os diferendos entre as nações. O imperativo da paz leva-nos a afirmar, com o Santo Padre, que “a guerra nunca é uma fatalidade e é sempre uma derrota para a humanidade”. Neste Ano do Rosário, pedimos a Deus, por intercessão de Nossa Senhora de Fátima, que abençoe o mundo e lhe conceda também agora o dom da Paz na presente circunstância da vida internacional.

*Fátima, 11 de Fevereiro de 2003*

# ÁFRICA / UNIÃO EUROPEIA

## “PARCEIROS NA SOLIDARIEDADE”

Colóquio - Centro CONFHIC - Lisboa, 27 e 28 de Fevereiro 2003



**“Paz, é o novo nome do desenvolvimento”**  
*Discurso inicial do Presidente do SCEAM, Mgr. Monsengwo Pasinya*

“(…) Movidos na verdade, pela “solicitude de todas as Igrejas” (Cor 11, 28) e pela *efectiva solidariedade* que as une em Cristo Jesus, os Bispos da Europa e da África querem examinar as formas, e os meios, para encorajar, ajudar e acompanhar o mais possível o poder político e o poder económico, nos esforços em que se empenham para a construção de uma *solidariedade estrutural efectiva, altruísta e generosa* entre a União Europeia (EU) e a União Africana (UA).

(..) Uma vez que, é inerente à natureza humana, o desenvolvimento é um direito do Homem, um direito de todas as pessoas, um direito a proteger, e um direito a promover. Sendo o Homem um ser social, esse direito torna-se também pertença dos grupos humanos, sejam eles quais forem. Assim sendo, só fará sentido falar do desenvolvimento do Homem, se este for *solidário*. Estamos aqui perante a mensagem central da encíclica *Populorum Progressio*, que chama ao *desenvolvimento integral e solidário*, o pilar onde assenta a paz mundial, e sem o qual a paz se destrói.

O Papa Paulo VI tinha plena razão ao dizer que *“o desenvolvimento é o novo nome da paz”* (PP, nº43). Por não ter escutado estas palavras com a devida atenção, o mundo vive hoje numa conflituosidade, e numa agressividade crescentes, na angústia e na psicose da autodefesa e da insegurança generalizada.

(…) Mas falar de *desenvolvimento solidário* à escala planetária, é invocar a necessidade da *parceria*. É nosso desejo ver África e a União Europeia, tornarem-se *parceiros na solidariedade*. O nosso Colóquio tornar-se-á útil, se pelo menos, balizar o caminho de uma parceria desta natureza. (..)

A solidariedade aqui falada, deve ser uma solidariedade feita de humildade, impregnada de modéstia, marcada sobretudo pela Caridade. Numa escuta atenta do Espírito de Deus, “motor” do desenvolvimento solidário, Ele que “enche o Universo e unifica todas as coisas” (Sab 1,7). Uma solidariedade corajosa e perseverante, sempre pronta a recomeçar, qualquer que sejam os erros do percurso. Uma solidariedade que possibilita que os parceiros “vejam «os outros» - pessoa, povo ou nação - não como um instrumento (..) mas como o «nosso semelhante» (cf. Gen 2,

18.20), que devemos levar a participar no banquete da Vida, ao qual todos os Homens são igualmente convidados por Deus” (João Paulo II, Enc. Sol. Rei socialis, 39).

(…) Importante ainda referir, que todo o projecto de desenvolvimento, concebido fora da cultura de um povo, ou em contradição com ela, está à partida posto em causa. Mas falar de cultura, é falar do Homem. E é este Homem concreto, com os seus problemas políticos, económicos, sociais e culturais, que devemos ajudar a entrar num ciclo irreversível de desenvolvimento: do seu desenvolvimento.

(…) África e União Europeia: parceiros na solidariedade. Esta é uma urgência. (..) mas esta parceria não poderá existir, se a solidariedade que a caracteriza, não fizer uma parceria para a paz. Porque sem justiça não há paz, e sem paz não há desenvolvimento, uma vez que “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (Paulo VI). Mas assim sendo, e tendo em conta os dramas e as tragédias que a África vive, teremos nós medo de afirmar:

**“a paz é nome do desenvolvimento em África”?**

### Igreja reflecte a sua contribuição

A Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE) e o Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SCEAM) têm sido protagonistas no diálogo religioso, político, económico e cultural entre os dois continentes.

A COMECE, constituída por delegados das Conferências Episcopais da União Europeia, trabalha em estreita colaboração com as agências católicas de desenvolvimento, como a “Cooperação internacional para o desenvolvimento e a solidariedade” (CIDSE), a “Rede Fé e Justiça África-Europa” (AEFJN) e a “Caritas” para destacar a responsabilidade da UE no desenvolvimento global.

A SCEAM nasceu em 1969 e tem como um dos seus objectivos principais “oferecer aos Bispos africanos a possibilidade de se concertarem, tendo em vista encontrar soluções de conjunto para os problemas maiores com que é confrontada a sua Igreja”.

Neste contexto, a ideia de organizar um colóquio entre as Igrejas da África e da UE, aquando das cimeiras África-Europa já tinha dado origem, em 2000, a uma reflexão sobre o tema “A Responsabilidade da Europa em relação ao desenvolvimento global”, no Cairo. Agora, em Lisboa, entre 27 e 28 de Fevereiro, surgiu outra oportunidade para pensar a África e a UE como “parceiros na solidariedade”.



Ao aceitar o convite que me foi tão amavelmente dirigido fi-lo sobretudo com três claros propósitos:

Em primeiro lugar, manifestar o apreço e o reconhecimento do Estado português pela notável acção desenvolvida, ao longo dos anos, pelas Igrejas em África. (...)

Em segundo lugar, encorajar o prosseguimento dessa acção mas também a sua valorização, mediante uma mais estreita articulação e um maior diálogo com as instituições políticas, de que o presente colóquio constitui um excelente exemplo. As Igrejas não podem, nem devem, substituir-se ao estado, mas em determinadas circunstâncias e em particular nas vertentes social e humanitária, o seu contributo é a todos os títulos inestimável, pelo que muito se ganhará com uma maior complementariedade e racionalização da acção de ambos.

Finalmente, em terceiro lugar, e porque nunca é demais repeti-lo, quero deixar aqui bem expresso que o relacionamento da Europa com África deve ser: uma relação de igual, assente nos princípios do respeito mútuo, da responsabilidade e da exigência, aberta ao diálogo e transparente, livre do passado e decididamente virada para o futuro.

(...) É conhecido o nexo directo existente entre a estabilidade política e a boa governação, por um lado, e o desenvolvimento, por outro. Não pode de facto existir progresso económico sem paz, como não se poderá avançar no sentido da pacificação e da equidade social no desrespeito pelos princípios básicos da democracia e dos direitos humanos. Estas asserções, sendo incontornáveis, não vêm se não reforçar a convicção, hoje já generalizada, de que a solidariedade e a cooperação internacionais não bastam, só por si, para assegurar a resolução dos graves problemas que atingem África. (...) A consciência da responsabilidade e dos desafios que se colocam aos dirigentes africanos, essencial para o arranque do continente, encontra-se já reflectida no recente projecto do NEPAD, bem como na recém instituída União Africana, iniciativas puramente africanas que, na sua complementariedade, merecem pois todo o nosso apoio e encorajamento. O facto de ambas considerarem a paz, a democracia, o respeito pelos direitos humanos, e a boa governação, como condições sine qua non para um desenvolvimento, constitui sem dúvida um importante avanço. Estes princípios viriam a ser, pela primeira vez, assumidos na Cimeira do Cairo, a qual veio imprimir ao relacionamento entre africanos e europeus uma maturidade até á data desconhecida. Volvidos três anos, Portugal mantém-se fiel aos propósitos que nortearam a sua acção, na certeza de que o diálogo ali iniciado, ainda que não isento de dificuldades, não cessará, no futuro, de fortalecer-se. (...)

## “Manifestar o reconhecimento do Estado português pelas Igrejas em África”

*Dr. Jorge Sampaio  
Presidente Portugal*



### *Comunicado Final* **Por um novo espírito de parceria entre África e Europa**

O propósito do colóquio foi dar uma base para a nova cooperação, baseada na justiça e no respeito da dignidade humana dos povos e culturas dos dois continentes, que estão ligados por relações históricas, políticas e económicas.

O colóquio expressou também o apoio da Igreja ao NEPAD, uma parceria desenvolvida para e pela África, e formulou recomendações à União Africana e à União Europeia, a saber:

- A UE e os seus Estados deverão proceder à reestruturação do mecanismo denominado “Países pobres altamente endividados” (HIPC, siglas em inglês) de modo a assegurar a sustentabilidade desses países. (...)
- A UA e os seus Estados-membros devem assegurar uma governação interna melhorada, garantir os mecanismos participativos e transparentes para a gestão do alívio da dívida, erradicação da pobreza e contrair novos empréstimos que sejam sustentáveis.
- A UE e a UA deverão incluir nos seus debates políticos e económicos a discussão sobre os valores espirituais e culturais que formam a identidade dos povos dos continentes. Deverão também reconhecer a liberdade cultural e religiosa (...).
- A UA e a UE deverão considerar o impacto da exploração dos recursos naturais e aplicar medidas restritivas na exportação de armas.
- A UE deverá suportar os esforços internacionais dentro da OMC de modo a melhorar o acesso aos medicamentos e tratamentos para todas as doenças.
- A UA e os líderes dos seus Estados-membros deverão aceitar a gravidade da HIV/SIDA. Deverão aumentar os recursos para os cuidados de saúde e suportar os programas para o combate ao HIV/SIDA.
- A UA e a UE deverão prover uma estrutura de diálogo com as Igrejas e as comunidades religiosas sobre os assuntos da agenda da parceria África-Europa.

Os participantes reflectiram ainda que a COMECE e o SECAM deverão: Estabelecer a troca de informação com vista a contribuir para a elaboração e implementação das políticas da UE e da UA; Renovar o seu compromisso de opção preferencial pelos pobres; Lutar contra os preconceitos e promover a multiculturalidade. Deverão ainda as Igrejas abraçar a causa dos imigrantes e das pessoas deslocadas.



## Notícias

### *D. Ximenes Belo, Bispo Resignatário em repouso*

Em Portugal, para recuperar de 19 anos de trabalho à frente da Igreja Católica em Timor, nomeadamente na diocese de Dili, e de luta pela independência do seu país, D. Carlos Ximenes Belo espera regressar a Timor após 5 ou 6 meses de recuperação física e psicológica. “Essa foi a única razão porque pedi a resignação”, garante sem esconder o gosto e a necessidade de ver constituída, em Timor-Leste, uma Conferência Episcopal. (...) Sobre o futuro do Bispo Resignatário de Dili, D. Carlos Ximenes Belo, passará pela sua terra natal. Após os meses de descanso, regressará a Dili para a docência no Seminário Maior e a presidência da Comissão Instaladora da Universidade Católica a convite de D. Basílio do Nascimento.



### *Renascença suspende serviço para África*



Em comunicado emitido no passado dia 14, a Rádio Renascença informou que todas as suas emissões para África estão suspensas. A emitir para aquele continente desde Fevereiro de 1997, 24 horas por dia, o Conselho de Gerência considerou que já não tem condições para continuar «a suportar sozinha todos os custos envolvidos com a produção, transmissão e difusão via satélite, de uma programação não comercial que constituía verdadeiro serviço público e que, desde o seu início, o Estado português prometera apoiar», pois a única participação foi a da actividade do ano 2000, e os novos responsáveis ministeriais não consideram que tenham de pagar seja o que for. «É com mágoa que nos despedimos daqueles com quem convivemos ao longo de seis anos», refere o comunicado. «Lamentamos de modo

especial, a impossibilidade de continuar o programa “Renascença em África” que ao longo deste tempo uniu povos e comunidades de língua portuguesa».

### *Bispos exigem referência à religião*

A Fé religiosa, como fonte e fundamento dos valores europeus, comuns a todos os seus cidadãos, tem de ser reconhecida na versão final da Constituição Europeia. A Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE) reagiu com um comunicado de imprensa, divulgado no passado dia 7 de Fevereiro, à apresentação do esboço do Tratado Constitucional para a UE, onde a referência a valores religiosos não está presente. Ausente encontra-se também qualquer referência ao papel das Igrejas. “Esperamos que as proposições legislativas que submetemos, em conjunto com a Conferência das Igrejas Europeias, sobre o papel específico das Igrejas e comunidades religiosas na sociedade europeia, sejam introduzidas no texto final dos Tratados”, pode ler-se no comunicado. A COMECE saudou a presença dos valores da liberdade, democracia, justiça, solidariedade, o respeito pela dignidade humana e a promoção da paz e do bem comum.



### *Catálogo dos Bispos Brasileiros on-line*



A partir deste mês e no endereço [www.cnb.org.br/catalogo](http://www.cnb.org.br/catalogo) já é possível saber todas as informações sobre os Bispos Brasileiros. Um site com diversas entradas onde poderá saber desde curiosidades, por exemplo que o Bispo com mais tempo de ordenação episcopal é D. José Valente com 55 anos, até aos aniversários e informações pessoais sobre cada Bispo e Diocese. Um excelente instrumento para conhecer melhor os 413 bispos do Brasil (303 diocesanos e 110 eméritos).

### *“Paróquias de Santa Ana (Luanda) e Santa Eulália (Águeda)vão conversar!”*

Já há algum tempo que o Grupo Missionário de Águeda (GAMA)- Portugal- estuda a questão da Geminação de Paróquias. Esta proposta vem da Fundação Evangelização e Culturas. Depois de alguma análise, e procura, celebrou-se no dia 16 de Fevereiro a oficialização da geminação da Paróquia de Santa Eulália, em Águeda, com a Paróquia de Santa Ana, na cidade de Luanda. Este processo foi celebrado com a realização de uma Semana de Animação Missionária, que teve encerramento no passado dia 16, com a assinatura do protocolo da geminação. Para este feliz evento, a paróquia de Águeda acolheu o pároco de Santa Ana.



*Todos os artigos deste Boletim podem ser consultados em [www.ecclesia.pt/igrejaslusofonas](http://www.ecclesia.pt/igrejaslusofonas)*